Mulheres em Rede

Cuidando de quem cuida

Outubro – ED.07

Educação

BELO HORIZONTE
PREFEITURA DO POVO

AQUI O TRABALHO NÃO PARA



FICHA TÉCNICA

Prefeito de Belo Horizonte
Álvaro Damião Vieira da Paz

Secretária Municipal de Educação
Natália Araújo

Subsecretaria de Gestão Pedagógica
Arminda Aparecida de Oliveira

Subsecretaria de Inclusão, Equidade e Clima Escolar
Arminda Aparecida de Oliveira

Diretoria de Políticas Afirmativas
Maricelia da Silva Palhares

Coordenação de Promoção de Direitos Humanos e Pluralidades Educacionais
Rebeca Cristina Nunes Lloyd Gonçalves

Organização e Redação
Fabiana Régis de Oliveira Souza
Mário Emmanuel de Oliveira Moraes
Rebeca Cristina Nunes Lloyd Gonçalves

Assessoria de Comunicação Social da Secretaria Municipal de Educação
Diagramação, revisão e projeto gráfico



Nosso objetivo é promover reflexões sobre a condição feminina na sociedade, especificamente no contexto educacional e na cidade de Belo Horizonte. As opiniões contidas nos textos aqui apresentados são de exclusiva responsabilidade de seus autores e autoras. Todo o conteúdo presente neste informativo foi devidamente autorizado(a) pelos(as) autores(as) ou por seus representantes legais. É permitido reproduzir qualquer parte do material publicado, desde que sejam devidamente citados o(a) autor(a) e a fonte.

MULHERES EM REDE

O Informativo **Mulheres em Rede** atua como um canal de comunicação da Diretoria de Políticas Afirmativas, por meio da Coordenação de Promoção dos Direitos Humanos e das Pluralidades Educacionais, vinculada à Secretaria Municipal de Educação de Belo Horizonte.

A finalidade do informativo é fornecer práticas que incentivem a adoção de abordagens inclusivas e construtivas, visando ao aprimoramento de políticas públicas que favoreçam a equidade entre homens e mulheres e o combate às violências direcionadas a mulheres e meninas na cidade de Belo Horizonte. O informativo fundamenta-se nas legislações vigentes, dentre elas:

- **Plataforma ONU Mulheres 50X50,** da qual a cidade de Belo Horizonte é signatária;
- **Resolução CMDM 03/2019** do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, que dispõe sobre o Plano Municipal de Equidade entre Mulheres e Homens da Prefeitura de Belo Horizonte (PBH) em parceria com a ONU Mulheres nas secretarias municipais;
- **Lei PBH 11.167/2019,** que determina a flexão entre feminino e masculino – nos documentos oficiais municipais da PBH. (Acessível em: http://portal6.pbh.gov.br/dom/iniciaEdicao.do?method=DetalheArtigo&pk=1210886);
- **Lei Federal 14.164/2021,** que alterou a LDBEN, para incluir a prevenção da violência contra a mulher como tema transversal nos currículos da educação básica. (Acessível em: https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2021/junho/lei-inclui-a-prevencao-a-violencia-contra-a-mulher-no-curriculo-escolar);
- **Lei nº 11.407/2022,** que institui o Programa de Dignidade Menstrual na rede pública municipal de ensino.

Fronteiras

I.
Neste mercado lotado
como pode haver desejo para
umedecer o corpo?
II.
Os soldados na sua camuflagem,
aquele que diz papéis
e quer dizer que moeda você tem
a oferecer sabe
que uma jovem pode testar a lín-
gua e falhar, mas
o corpo dela sabe: o silêncio é
uma linguagem
que qualquer mulher pode
aprender.
III.
Bem longe daqui a canção das
primeiras iniciadas diz
que quando os quadris se
alargam chega
essa promessa
nenhuma testemunha para o
sussurro,
mas seu único fruto é
a angústia.
O que somos nós que
encaramos a coisa
presa naquele pesadelo?
com palavras.
Minha pele pouco opaca, o
rosto dela e se acende como
lâmpada.
IV.
O soldado deduz de uma
canção
aquilo que ela vai deixá-lo
ter,
quando ele diz papéis, seus
olhos mal buscam as mãos
dela.
Em outra vida eu sabia quais
palavras dizer
a um homem desses, mas
aqui o olho dele
é o vento
e sobe a saia dela feito uma
sombrinha quebrada.
Eu me viro e cubro os olhos
das crianças
com palavras.
Minha pele pouco opaca, o
rosto dela e se acende como
lâmpada.
V.
Além da fronteira um sol
miúdo se levanta.
Como se o olho fosse uma
ponte e o corpo,
atlas, destinado a suportar
sem jeito
todo o peso da sua atração.



Fonte: Imagem extraída da internet

Escritora Tjawangwa Dema

Nos versos do poema “Fronteiras”, somos apresentados à escrita da poeta Tjawangwa Dema. Seu fazer poético nos permite perceber que a identidade atravessada pela diáspora africana abarca também uma “diáspora pessoal”, na qual o corpo da mulher — concebido como um território — é historicamente alvo de controle, abuso e silenciamento nos mais diversos espaços sociais de poder.

Natural de Botsuana — país da África Austral que, conquistou sua independência em 30 de setembro de 1966 e que hoje integra a Commonwealth. Tjawangwa Dema explica que o movimento da poesia falada em sua terra natal não deriva da mesma tradição dos griôs. Diferente desses narradores tradicionais que preservam a história coletiva e transmitem ensinamentos morais, a poesia falada de Botsuana surge de outras manifestações locais de literatura oral, cujas narrativas nem sempre se propõem a carregar lições de uma moral ou a registrar fatos históricos.

A poesia de Tjawangwa Dema é pautada pela tradição oral, pelo refinamento estético e pela fruição da palavra, elementos constantemente atravessados por movimentos das juventudes, como o Slam e o Hip Hop. A partir do conceito de "fronteiras", convidamos as mulheres da Rede Municipal de Educação de Belo Horizonte a refletir sobre a proposta de seu livro, "A costureira descuidada". Na obra, a metáfora da "colcha de retalhos" ou "colcha inacabada" representa o trabalho contínuo, coletivo e tantas vezes invisibilizado das mulheres que, conectadas às suas raízes, reivindicam seus espaços na sociedade. Afinal, pensar sobre a urgência da vida e a proteção mútua é um chamado essencial para fortalecermos nossa resistência ativa contra todas as formas de opressão e violência.

O CORPO RESISTE E A LEI PROTEGE



Imagem criada por Inteligência Artificial

A luta pelo fim da violência contra a mulher não cabe no calendário: ela é um compromisso diário, contínuo e inadiável. Nesta edição, o informativo "Mulheres em Rede" convida a percorrer o caminho inverso à solidão denunciada por Tjawangwa Dema em "Fronteiras": propomos romper, de forma permanente, o silêncio historicamente imposto às mulheres como estratégia de sobrevivência.

Reconhecer o movimento de luta pela dignidade de mulheres e meninas é compreender que a Lei Maria da Penha (nº 11.340/2006) não é um texto abstrato, pois carrega a história real da biofarmacêutica cearense Maria da Penha Maia Fernandes, que, em 1983, sobreviveu a duas tentativas de feminicídio cometidas pelo então marido. As sequelas físicas daquela brutalidade foram irreversíveis, transformando sua vida drasticamente.

No entanto, a violência não parou nos ataques: perpetuou-se por quase duas décadas de impunidade, morosidade jurídica e descaso do Estado brasileiro.



Fonte: Imagem extraída da internet

Maria da Penha

Diante de um sistema que tentava silenciá-la pelo cansaço, Maria da Penha recusou-se a calar. Após 15 anos de uma batalha judicial infrutífera no país, ela liderou uma denúncia internacional contra o Estado brasileiro perante a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH/OEA).

Essa articulação culminou na condenação do Brasil por negligência e tolerância estatal, além da recomendação urgente de se criar uma legislação eficaz. Foi assim que ela desenhou uma fronteira definitiva entre a dor silenciosa e a urgência de justiça, transformando seu próprio corpo e sua memória em um território político de denúncia.

A legislação que hoje nos protege nasceu da coragem inegociável de uma mulher. Por isso, a defesa do corpo, da voz e da dignidade feminina deve ecoar de janeiro a dezembro. Que a nossa rede seja, diariamente, um refúgio seguro e vigilante, garantindo que o direito de viver sem medo deixe de ser uma promessa distante para se tornar a realidade concreta de cada menina e mulher, todos os dias do ano.

FORMAS DE VIOLÊNCIAS PREVISTAS NA LEI MARIA DA PENHA:

Violência física: entendida como qualquer conduta que ofenda a integridade ou saúde corporal da mulher (espancamento; ferimentos causados por queimaduras ou armas de fogo e torturas).

Violência psicológica: é considerada qualquer conduta que cause dano emocional e diminuição da autoestima; prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento da mulher; ou vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões (ameaças; constrangimento; humilhação; manipulação e isolamento).

Violência sexual: trata-se de qualquer conduta que constranja a pessoa a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força (estupro e impedimento do uso de métodos contraceptivos).

Violência patrimonial: entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de objetos pessoais da vítima, dos instrumentos de trabalho, dos documentos pessoais, dos bens, dos valores e dos direitos ou recursos econômicos (Controle do dinheiro; não pagamento de pensão alimentícia; destruição de documentos pessoais; e furto).

Violência moral: é considerada qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria (acusação da mulher de traição; emissão de juízos morais sobre a conduta e de críticas mentirosas; bem como exposição da vida íntima da vítima).

Violência vicária (2026): é uma forma de violência psicológica e doméstica em que o agressor usa pessoas próximas e queridas da vítima — como filhos(as), familiares ou outros dependentes — para causar-lhe dor, sofrimento, punição ou controle. O ataque não é direto contra a mulher, mas visa atingir o amor e os vínculos afetivos dela.

SAIBA MAIS ACESSANDO:

https://www.institutomariadapenha.org.br/

PARA SABER MAIS:

ENTREVISTA COM MARIA DA PENHA: IMP (INSTITUTO MARIA DA PENHA) -

https://drauziovarella.uol.com.br/mari-entrevista/mari-entrevista-maria-da-penha/

PORTAL DRAUZIO – MARI ENTREVISTA MARIA DA PENHA:

https://www.institutomariadapenha.org.br/entrevista-com-maria-da-penha.html

VOCÊ SABIA?

Os números nos mostram que a lei, sozinha, não basta. A cada sete minutos, uma mulher é vítima de violência em nosso país. É um dado alarmante que esconde milhares de rostos silenciados pelo medo da denúncia e pela desinformação. Transformar esse cenário exige informação, mas exige, sobretudo, estender as mãos para que nenhuma mulher precise enfrentar o ciclo da violência sozinha e desamparada.

A violência muitas vezes se esconde nos detalhes: no afastamento da família, em marcas físicas complicadas de explicar, no receio de contrariar o companheiro ou em faltas frequentes à rotina de trabalho. Se você notar esses sinais em alguma mulher próxima, faça parte da rede de apoio. Conversar sem julgar, oferecer ajuda prática e incentivar a busca por direitos são ferramentas poderosas que possuímos para salvar vidas. Não se cale: sua atitude pode fazer a diferença.

Fonte: https://www.funepe.edu.br/post/agosto-lilas--mes-de-conscientizacao-e-combate-a-violencia-contra-a-mulher

A Estética da Resistência: "A Mulher do Fim do Mundo" e a Urgência da Educação Antirracista e Antiviolência

Lançado em 2015, a obra "A Mulher do Fim do Mundo" figura como um divisor de águas na historiografia da música popular brasileira.



Fonte: Imagem extraída da internet

Elza Soares

Tratando-se do primeiro álbum de composições inteiramente inéditas na trajetória de Elza Soares, o projeto promove o encontro da sonoridade singular da intérprete com a vanguarda do samba paulistano. O resultado é um tratado estético e político que entrelaça samba, rock e música eletrônica para tensionar temáticas urgentes: as assimetrias raciais, a violência doméstica, o protagonismo feminino negro e a finitude humana.

A figura conceitual da "Mulher do Fim do Mundo" transcende o sentido da destruição; trata-se de uma metáfora para a audácia da existência e da resistência frente as estruturas que historicamente visam ao silenciamento das mulheres negras. Longe de assumir uma postura passiva de vitimização, Elza Soares posiciona-se como sujeito histórico e sobrevivente, reivindicando o ato de cantar como protagonista de emancipação e soberania.

Ao converter traumas subjetivos e coletivos em denúncia artística, a obra consolidou a artista como um pilar fundamental do feminismo negro contemporâneo no Brasil.

Maria da Vila Matilde: A Linguagem do Direito e a Ruptura com o Silêncio

A faixa "Maria da Vila Matilde" sobressai como um instrumento pedagógico de denúncia ao ciclo de violência doméstica. A narrativa explicita o instante de ruptura no qual a protagonista, imediatamente após sofrer uma agressão física, mobiliza recursos para acionar a Central de Atendimento à Mulher (Ligue 180). Nesse contexto, a indagação "Cadê meu celular?" ultrapassa a mera busca por um dispositivo tecnológico, convertendo-se no resgate do próprio direito à voz, à cidadania e à justiça. A personagem recusa o recuo: confronta o agressor ao ameaçar expor as evidências da violência à comunidade, apresentar as marcas do abuso às autoridades policiais e denunciar suas práticas ilícitas.

Composta por Douglas Germano em homenagem à sua mãe, a canção estabelece um diálogo direto com a Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006). Sob a interpretação contundente de Elza Soares, a "Maria" representada no teto poético corporifica uma virada de paradigma sociocultural. Ao contrário das narrativas históricas pautadas pelo confinamento da dor ao espaço privado, a figura contemporânea evoca o conhecimento dos direitos fundamentais e a recusa inegociável à submissão, oferecendo ao campo pedagógico um rico recurso analítico para o debate sobre equidade de gênero, direitos humanos e cidadania.



(Maria da Vila Matilde – Música de Elza soares)

Cadê meu celular? Eu vou ligar pro 180

Vou entregar teu nome e explicar meu endereço

Aqui você não entra mais, eu digo que não te conheço

E jogo água fervendo se você se aventurar

Eu solto o cachorro e, apontando pra você

Eu grito: Péguis-ss-ss-ss'

Eu quero ver você pular, você correr na frente dos vizin'

Cê vai se arrepender de levantar a mão pra mim...

SAIBA MAIS ACESSANDO:

https://music.youtube.com/watch?v=IfJkj1qZcuM

ONDE BUSCAR AJUDA EM CASOS DE VIOLÊNCIA EM BELO HORIZONTE?

DISQUE 190 | SE VOCÊ ESTÁ SOFRENDO VIOLÊNCIA OU SE OUVIR GRITOS E SINAIS DE BRIGA

Telefone da Polícia Militar que deve ser acionado em casos de necessidade imediata ou socorro rápido.

DISQUE 180 | PARA DENUNCIAR VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Você não está sozinha. O atendimento é gratuito, sigiloso e disponível 24h em todo o Brasil.

O serviço oferta uma escuta qualificada e acolhedora para mulheres, com registro e encaminhamento seguro de denúncias aos órgãos competentes.

GUARDA CIVIL MUNICIPAL

O Grupamento de Proteção à Mulher oferece apoio e segurança para mulheres em situação de violência.

- Precisa de ajuda imediata? Disque 153 (Ligação gratuita).
- Quer tirar dúvidas ou receber orientações? Entre em contato pelo telefone ou WhatsApp: (31) 98404-2677.

DISQUE 100 – QUANDO A VIOLÊNCIA FOR CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

O Disque 100 é o canal oficial da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos para denunciar violações de direitos de crianças e adolescentes.

- Atendimento 24h: Disponível todos os dias, a qualquer hora.
- Seguro e Sigiloso: As denúncias são gratuitas e totalmente anônimas.
- Acompanhamento: Você recebe um número de protocolo para acompanhar o andamento do caso.

DIRETORIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES DE BELO HORIZONTE

- Endereço: Av. Afonso Pena, 342, 1º andar – Centro, Belo Horizonte/MG
- Telefones: (31) 3277-9758 | (31) 3277-9756
- E-mail: dipmbh@pbh.gov.br
- Horário de Atendimento: Segunda a sexta-feira, das 8h às 17h

CONSELHO MUNICIPAL DE DIREITOS DA MULHER

- Endereço: Av. Afonso Pena, 342, Sobreloja – Centro, Belo Horizonte/MG
- Telefone: (31) 3277-4346
- E-mail: cmdm@pbh.gov.br

DELEGACIA ESPECIALIZADA DE ATENDIMENTO À MULHER (DEAM)

- Endereço: Avenida Bias Fortes, 1.410, Lourdes – Belo Horizonte/ MG (CEP: 30170-012)
- Telefones: (31) 3330-5715 | (31) 3330-5752
- Horário de Atendimento: Plantão 24 horas (todos os dias)

PONTO DE ACOLHIMENTO E ORIENTAÇÃO À MULHER

(Núcleo de Atendimento na Câmara Municipal de Belo Horizonte)

- Endereço: Avenida Churchill, 506, Portaria 3 – Santa Efigênia, Belo Horizonte/ Minas Gerais
- Contato (Telefone e WhatsApp): (31) 3555-1394
- Horário de Atendimento: Segunda a sexta-feira, das 8h às 12h e das 13h às 15h

DEFENSORIA PÚBLICA – NÚCLEO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER (NUDEM)

- Endereço: Rua Araguari, 210, 5º andar – Barro Preto, Belo Horizonte/MG
- Telefones Fixos: (31) 2010-3171 | (31) 2010-3172
- WhatsApp (Apenas Mensagens): (31) 98475-2616 | (31) 98239-8863
- E-mail: atendimentonudembh@defensoria.mg.def.br
- Horário de Atendimento:
  Segunda a quinta-feira: das 11h às 16h
  Sexta-feira: Apenas casos de emergência

MINISTÉRIO PÚBLICO (MPMG)

Promotoria de Justiça Especializada no Combate à Violência Doméstica e Familiar

- Endereço: Avenida Álvares Cabral, 1.881 – Santo Agostinho, Belo Horizonte/MG
- Telefone Fixo: (31) 3337-6996
- WhatsApp: (31) 98473-9043
- E-mail: mariadapenhamp@mpmg.mp.br
- Horário de Atendimento: Segunda a sexta-feira, das 11h30 às 16h30

DELEGACIA VIRTUAL DE MINAS GERAIS

- Acesse para registrar ocorrências online de forma rápida e segura:
- Clique aqui para acessar a Delegacia Virtual

APLICATIVO MG MULHER

- Tenha apoio, informações e uma rede de segurança no seu celular:
- Baixar na App Store

SAIBA MAIS ACESSANDO:

https://prefeitura.pbh.gov.br/direitos-humanos/campanhas/agostolilas

PARA SABER MAIS. . .

A Casa da Mulher Brasileira está chegando em Minas Gerais



Fonte: Imagem extraída da internet

Foto Domínio Público

Você conhece a Casa da Mulher Brasileira (CMB)? Ela representa um marco nas políticas públicas de enfrentamento à violência contra as mulheres no Brasil. Parte do programa nacional "Mulher, Viver sem Violência", a CMB destaca-se por reunir **todos os serviços de apoio e proteção em um só lugar**, garantindo acolhimento rápido, integrado e humanizado.

Ao centralizar o atendimento, a Casa da Mulher Brasileira evita que a mulher enfrente a burocracia e o desgaste de percorrer diferentes instituições da cidade — fatores que frequentemente levam à desistência da denúncia. No mesmo espaço, ela tem acesso ágil e humanizado a todos os serviços essenciais.

A atuação da Casa da Mulher Brasileira baseia-se em três pilares essenciais: o **atendimento humanizado e integrado** em um único espaço; a **proteção integral** com alojamento de passagem para garantir segurança imediata; e o fortalecimento da **autonomia financeira**, por meio de orientações e encaminhamento para programas de emprego e renda

A implantação da Casa da Mulher Brasileira em Belo Horizonte — localizada na Rua Álvares da Silva, no Bairro União (Região Nordeste) — representará um avanço histórico para a rede de proteção das mulheres do nosso estado.



30 ANOS!!!

A Casa Benvinda (Centro Especializado de Atendimento à Mulher) completou 30 anos. Iniciou como um projeto piloto na Regional Oeste e hoje funciona em sua sede própria no Bairro Santa Tereza oferecendo suporte jurídico, social e psicológico para mulheres vítimas de violência doméstica.



Fonte: Imagem extraída da internet / domínio público

Nestes 30 anos, a Benvinda aperfeiçoou um modelo de atendimento integral, compreendendo que a dor e a vulnerabilidade de uma mulher não se resolvem com respostas fragmentadas. Sua abordagem multidisciplinar oferece suporte jurídico, social e psicológico de forma humanizada, com escuta qualificada e sem julgamentos (preservando o sigilo) e orientação técnica essencial para que as mulheres que recorrem aos seus serviços possam romper o ciclo da violência.

O Centro Benvinda fica à Rua Hermilo Alves, 34, quase esquina com Contorno, no bairro Santa Tereza.

Horário de funcionamento:
de segunda a sexta, das 8h às 18h
Telefones: (31) 3277-4380 / 3277-4379

VOCÊ JÁ OUVIU FALAR SOBRE EQUIDADE ENTRE MULHERES E HOMENS?



Fonte: Imagem extraída da internet / domínio público

A violência não atinge todas as mulheres da mesma forma. Se agirmos pela lógica da igualdade, deixaremos as mulheres mais vulneráveis e desamparadas. É a equidade que nos permite enxergar as diferentes camadas de opressão e criar mecanismos de proteção que realmente funcionem, na prática, para quem mais precisa. Em outras palavras, ter equidade é reconhecer e responder a interseccionalidades.

Falar em interseccionalidade no enfrentamento à violência exige a coragem de encarar que, no Brasil, o feminicídio e a violência doméstica têm cor, classe e território. As mulheres negras (pretas e pardas) e periféricas estão na base da pirâmide de vulnerabilidade, acumulando os maiores índices de agressões fatais e os menores recursos de amparo.

Se para uma mulher branca de classe média alta o rompimento do ciclo de violência envolve barreiras psicológicas complexas, para uma mulher negra, periférica e mãe solo, esse mesmo passo esbarra na barreira psicológica e na falta de autonomia financeira, no desemprego, na dependência habitacional e no próprio racismo estrutural/institucional que deslegitima a sua dor nos balcões de atendimento.

Para tratar mulheres e meninas com equidade, é necessário descentralizar os serviços de proteção, fortalecer os laços comunitários e direcionar os maiores esforços de acolhimento psicossocial, jurídico e econômico justamente para os corpos que a estrutura social historicamente empurrou para as fronteiras da invisibilidade e do silêncio.

Quando trazemos esse olhar para a sala de aula, passamos a falar em equidade de aprendizagem. Ela nos exige mapear como as desigualdades estruturais se transformam em barreiras invisíveis no cotidiano escolar. Uma menina que estuda em uma região vulnerável, convivendo com a escassez de serviços públicos e com a constante violência comunitária ou doméstica, não tem a mesma disposição emocional para a aprendizagem que uma estudante que vive em um ambiente seguro. A violência doméstica ataca diretamente a cognição, a concentração e a saúde mental das estudantes, silenciando seu potencial de desenvolvimento.

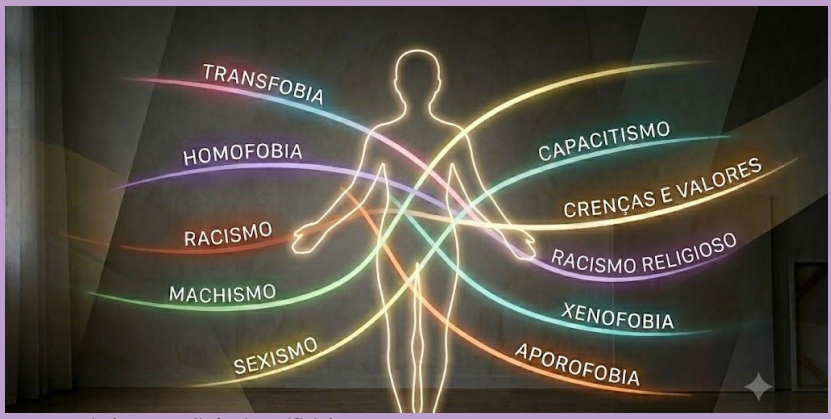


Imagem criada por Inteligência Artificial

Por isso, a equidade de aprendizagem compreende que o ato de ensinar vai muito além das páginas dos livros e enfrenta os vários tipos de violência e discriminações. Ela exige que a escola seja um espaço de acolhimento qualificado e articulado com a rede de proteção, capaz de restabelecer a segurança emocional necessária para que o aprendizado aconteça. Garantir a equidade é assumir que o sucesso pedagógico de uma menina não pode ser determinado por sua cor, seu endereço ou pela renda de sua família. Ao reconhecer as singularidades, personalizar as mediações e dar mais apoio a quem a sociedade deu menos, a escola pública cumpre sua função social mais revolucionária: ela deixa de ser um espelho que reflete as desigualdades do mundo para se tornar um território de aprendizagem e um escudo que protege a dignidade e projeta a voz e os sonhos de cada estudante.

O que carrega a palavra violência?

Não há uma única resposta nem um sentido definitivo a ser atribuído à palavra violência. No contexto deste informativo, ela é compreendida como qualquer ação que causa dano — e que nem sempre é percebida de imediato por quem a sofre. Muitas vezes, a pessoa em situação de violência não se dá conta do encadeamento de abusos no momento em que eles ocorrem. A tomada de consciência costuma vir mais tarde, uma vez que processos históricos de normalização e naturalização mascaram essa realidade, impedindo a vítima de reconhecer o ato violento e a real extensão dos danos sofridos.

Refletir sobre a violência contra mulheres e meninas é fundamental para desmantelar as raízes históricas da masculinidade tóxica e estimular os direitos humanos, fortalecendo políticas públicas que assegurem uma sociedade mais justa e segura.

A preocupação com a superação de uma sociedade violenta deve ocupar os currículos e os processos formativos nas escolas. O objetivo é mobilizar conhecimentos, ações, culturas, políticas públicas que estimulem práticas capazes de transformar as culturas da desigualdade, das iniquidades e do silenciamento das mulheres e meninas.

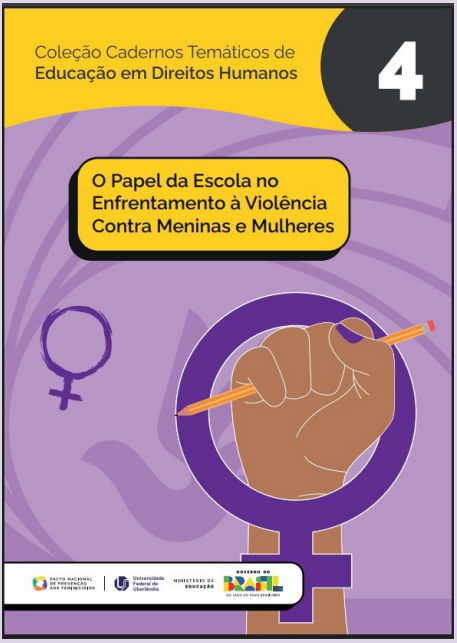
A seguir, em nosso **Ponto de Travessia**, apresentamos indicações pedagógicas que colocam as práticas educativas no centro da reflexão e do combate às violências contra mulheres e meninas.

PONTOS DE TRAVESSIA

E aí, qual o papel da escola nessa história?

A escola não é um espaço neutro: ela é o primeiro ambiente social fora de casa onde aprendemos a conviver, respeitar e enxergar o outro. Por isso, quando falamos no enfrentamento à violência contra as mulheres e meninas, o ambiente escolar se torna um território estratégico e indispensável.

É na rotina escolar que desconstruímos estereótipos, combatemos comportamentos machistas e ensinamos meninos e meninas sobre respeito e equidade.



Fonte: Imagem extraída da internet

Capa do material institucional – O papel da Escola no Enfrentamento à Violência Contra Meninas e Mulheres

Mais do que transmitir conteúdos acadêmicos, a escola tem o dever de ser um espaço seguro de acolhimento e identificação de sinais de alerta, sendo muitas vezes o único lugar onde uma menina ou mulher encontra a escuta necessária para quebrar o ciclo da violência.

Educar para a não violência é formar cidadãs/cidadãos conscientes de que o respeito à vida e à integridade das mulheres e meninas é um compromisso de toda a sociedade.

ACESSE: https://www.institutonatura.org/campanha/agosto-lilas-2025/

INFORMATIVO INDICA



Site Instituto Natura "SIM, É VIOLÊNCIA. CHAME PELO NOME"

A campanha "Sim, é Violência. Chame pelo Nome" desenvolvida pelo Instituto Natura em parceria com o Instituto Avon e a rede Pense Grande, busca conscientizar e capacitar a comunidade escolar a reconhecer e combater as diferentes formas de violência contra meninas e mulheres no ambiente educacional.

A iniciativa parte do princípio de que violências psicológicas, morais, patrimoniais e virtuais costumam ser naturalizadas ou mascaradas como "brincadeiras" e "desentendimentos", tornando fundamental a nomeação correta dessas práticas para que possam ser enfrentadas com firmeza.

ACESSE: https://www.institutonatura.org/campanha/agosto-lilas-2025/

Documentário "SILÊNCIO DAS INOCENTES" (2010)



(O documentário mostra como se processa no Brasil a aplicação da Lei nº 11.340/2006, popularmente conhecida como Lei Maria da Penha, considerada uma das três leis mais completas do mundo)

ACESSE: https://www.youtube.com/watch?v=uxXKiSli9KY



Documentário "O SILÊNCIO DOS HOMENS"

(Esse filme é parte de um projeto que ouviu mais de 40 mil pessoas em questões a respeito das masculinidades e desembocou num documentário e num livro-ferramenta baseado nesse estudo com dados públicos por meio de um convênio com o Consórcio de Informações Sociais (CIS) da USP)

ACESSE: https://www.youtube.com/watch?v=NRom49UVXCE

Portal Lunetas – artigo "O silêncio dos homens": por que tantos meninos ainda não choram? (30/08/2019)



Que tipo de homens formamos quando oferecemos aos meninos uma educação que não ensina a chorar, ser sensível ou demonstrar vulnerabilidade? Confira o filme "O silêncio dos homens".

ACESSE: https://lunetas.com.br/o-silencio-dos-homens/



Filme "VIDAS PARTIDAS"

Drama de 2016 (Graça e Raul se apaixonam perdidamente. Eles se casam e têm duas filhas. Tudo vai muito bem até que Graça cresce em sua carreira, mas Raul fica desempregado. Para não desequilibrar o relacionamento, Graça pede um favor a um amigo e ex-marido, que secretamente indica Raul a uma vaga de professor na Universidade, garantindo a ele um emprego.

Série "Coisa mais linda"

Série brasileira original da Netflix que retrata as décadas de 1950 e 1960, épocas que não eram favoráveis às mulheres e evidencia o machismo arraigado daquele período.



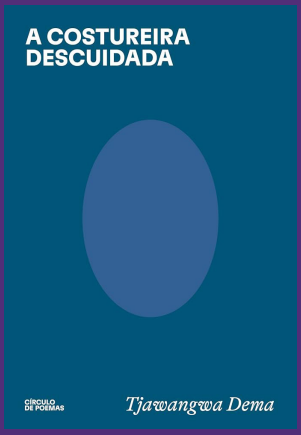


Programa Roda Viva: Maria da Penha (26/11/2018

(Entrevista realizada com Maria da Penha que atualmente dá nome a uma das três melhores leis do mundo de acordo com a ONU, a Lei Maria da Penha, e é considerada uma das principais ativistas na luta contra a violência doméstica e no suporte às vítimas.)

ACESSE: https://www.youtube.com/watch?v=q8GBVKrU6L0

"A Costureira Descuidada" por Tjawangwa Dema



O livro traz como um dos eixos condutores a questão do trabalho: sejam os trabalhos feitos pelas mulheres (como a costura presente no título e em vários poemas), o trabalho da maternidade (concretizado nas muitas mães que aparecem ali), o trabalho do luto, o trabalho de nomear o corpo feminino em culturas patriarcais, ou o trabalho do pai (mineiro que se desloca para trabalhar na África do Sul), seja, ainda, o trabalho dos limpa-chaminés que ganham um poema-bênção nesta coletânea. Isso para não falar no trabalho artístico presente na construção de seus poemas, que envolve cenas da memória e hábitos da infância, citação de mitos e personagens bíblicos, recortes de jornal, diálogos com outros poetas, com filósofos e com a tradição literária.



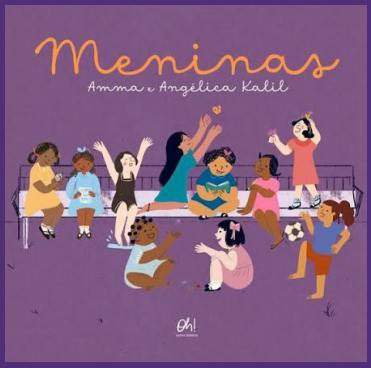
"Coisa de Menina e Coisa de Menino"

Os dois livros infantis escritos pela autora Pri Ferrari que quebram o antigo estereótipo de que existem "coisas de meninas" (brincar de boneca, vestir cor-de-rosa) e 'coisas de meninos' (jogar futebol, vestir azul). Indicados para crianças de 3 a 6 anos, "Coisa de Menina" e "Coisa de Menino" explicam, com uma linguagem simples e ilustrações divertidas, que meninas e meninos têm a liberdade de escolher do que querem brincar e o que querem ser, sem estereótipos.

"Do Jeito que a Gente É"

Escrito pela autora Márcia Leite, o livro aborda, de forma leve, as descobertas comuns da adolescência e, com elas, situações de discriminação, sendo indicado para adolescentes de 13 a 15 anos. "Do Jeito que a Gente É" traz o dia-a-dia dos personagens Chico e Beá, dois adolescentes que passam por um processo de autoconhecimento: enquanto Chico enfrenta dificuldades para se colocar para seus familiares e amigos; Beá busca uma maior autoestima e liberdade para ser quem é.





"Meninas", de Angelica Kalil e Amma (Veneta)

Os quadrinhos narram momentos marcantes das infâncias de dez mulheres que fizeram história no Brasil. Carolina Maria de Jesus aprendendo a ler, Ruth de Souza no cinema, Chiquinha Gonzaga compondo sua primeira música e Marta descobrindo o futebol são algumas das narrativas inspiradoras que compõem essa obra.

"Fale baixo, menina!" por Luciany Osório (Autora), Bruno Bryan (Ilustrador)



O livro infantil "Fale baixo, menina!" conta a história de uma menina que era repreendida a todo o momento por causa da sua voz. Depois de tanto se apagar e de quase explodir como um balão, ela percebeu que sua voz era importante e que ninguém poderia mais silenciá-la. Esse texto é um manifesto lúdico pelo direito à liberdade e à vida das mulheres e meninas que historicamente seguem oprimidas em uma sociedade violenta e machista.



Jogo Kontaê! (1º ao 5º ano)

Foi pensado para ser usado como meio didático e aplicado em forma de dinâmica, nas competências de História, Língua Portuguesa, Arte, etc (conforme lei 11.645/08), além de atender às habilidades específicas da BNCC (Base Nacional Comum Curricular - 2018). Conheça o plano de aula na Revista Nova Escola

ACESSE: https://box.novaescola.org.br/etapa/3/educacao-fundamental-2/caixa/254/violencia-contra-a-mulher-como-falar,-ouvir-e-acolher/conteudo/20173

Já aqui, nas terras de Pindorama, 'Maria da Vila Matilde' do álbum "A Mulher do Fim do Mundo" - 2015 da icônica Elza Soares abordou o tema com novos matizes. Após pedir que "me deixem cantar... me deixem cantar... até o fim... eu vou cantar até o fim...", na faixa anterior, Elza canta contra o agressor e ameaça chamar o cachorro, ligar no 180, jogar água fervente e, ainda adverte: "Cê vai se arrepender de levantar a mão pra mim!"



ACESSE: https://www.youtube.com/watch?v=KLw-JzqtVOg&list=R-DKLw-JzqtVOg&start_radio=1



Café Filosófico: A violência contra a mulher no âmbito familiar

ACESSE: https://www.youtube.com/watch?v=VVjIHP_L-o8

Educação

BELO HORIZONTE
PREFEITURA DO POVO

AQUI O TRABALHO NÃO PARA